

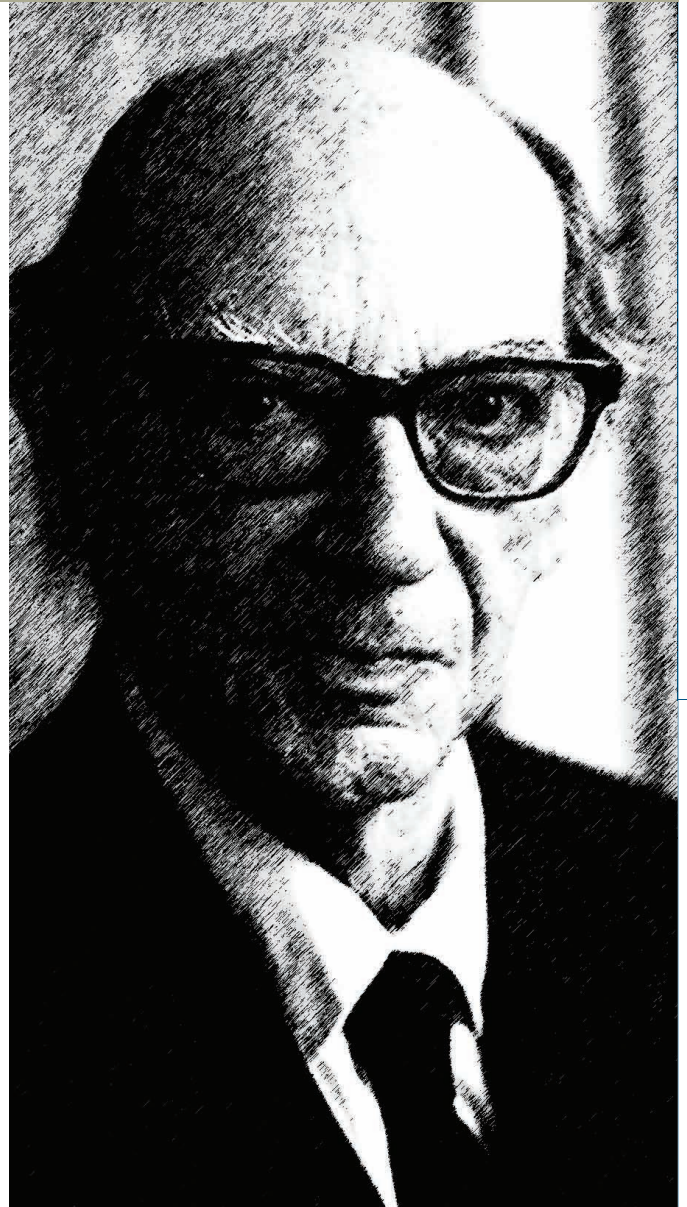
Isaiah Berlin: um homem livre

Completam-se agora dez anos sobre a morte de Isaiah Berlin, um homem verdadeiramente excepcional cujo nome ficará indissociavelmente ligado à cultura europeia do séc. XX.

Um dos seus amigos mais próximos tratou-o de forma invejável: “ele era maior que a vida”. Talvez por isso mesmo ainda hoje pareça difícil aceitar a sua morte, pois aquilo que ele era verdadeiramente, uma mente brilhante, continua viva entre nós: a sua prosa continua a fazer-nos regressar permanentemente à sua obra, e nela continuamos a deleitar-nos com o virtuosismo de uma erudição fascinante, de alguém que escreve como se estivesse a conversar connosco, embora num ritmo quase alucinante que nos transporta para viagens infundáveis a autores e ideias que não param de nos desafiar.

A leitura de Berlin é, desde logo, uma experiência estética. O seu discurso é como que uma torrente de palavras que quase se atropelam na tentativa de controlar o turbilhão de ideias que impacientemente procura articular. Talvez em virtude da sua predileção pela exposição oral, também nos seus livros Berlin adopta este seu estilo tão particular. Mesmo gravado, ainda hoje vale a pena ouvir as suas palestras. É uma experiência que nos fica na memória: aquele tom quase marcial com que implacavelmente vai tragando frase após frase, numa cavalgada que nos deixa sem fôlego, é único e inesquecível. Como o descreveu um seu colega de Oxford, “ele é o homem que pronuncia ‘epistemológico’ como uma só sílaba.”

O contacto com a obra de Berlin começa por nos seduzir precisamente por esta conjugação ímpar da erudição de um académico brilhante com a graça e a leveza de um grande orador. Ao contrário de tantos outros filósofos contemporâneos, o léxico de Berlin não é obscuro, não é ambíguo, nem se esconde por detrás de quaisquer cortinas desveladoras de verdades iniciáticas ou místicas. Pelo contrário, Isaiah Berlin não sendo inglês de nascimento é um verdadeiro mestre da língua inglesa e a sua escrita é tão rica e perfeita que, muitas vezes os seus ensaios aproximam-se mais de textos literários que de estudos filosóficos. Como Ian McIntyre bem ilustrou, “ler



Berlin é como estar sentado a uma janela no escuro, contemplando a paisagem do pensamento europeu iluminada por um espectacular fogo de artifício”.

Mas a verdadeira razão do fascínio que Berlin continua a exercer sobre os seus leitores tem que ver com a originalidade de universo das ideias políticas que nos oferece e para o qual generosamente nos convida. Foi esse convite, que eu aceitei quando me iniciei nos estudos políticos, que agora gostaria de estender a quem tiver a amabilidade de ler estas linhas.

A obra é invulgarmente dispersa e, também por essa razão, aparentemente assistemática. Na verda-

de, e com exceção de dois livros, concebidos de raiz como tal — a biografia de Karl Marx e a sua antologia sobre os filósofos iluministas do séc. XVIII (ver quadro bio-bibliográfico anexo) —, Berlin sempre escreveu através de ensaios, muitas vezes resultantes de palestras universitárias. E, não fora o esforço do seu editor de sempre, Henry Hardy, a grande maioria deles nunca viria sequer a ser publicada. Mesmo o seu extraordinário livro sobre Joahann Georg Hamman (*The Magus of the North*), publicado no ano da sua morte, só seria levado ao prelo depois de Hardy ter deparado com alguns rascunhos que lhe chamaram a atenção e que cuja existência, até a sua descoberta, o próprio autor negara insistentemente.

Entre nós, contamos com a tradução de *The Proper Study of Mankind*, traduzidos em dois volumes, *A Busca do Ideal*, e *A Apoteose da Vontade Romântica*, em boa hora publicados pela Editorial Bizâncio, e ainda com *Rousseau e outros Cinco Inimigos da Liberdade*, publicado mais recentemente pela Gradiva.

Qualquer um destes livros constitui uma boa porta de entrada à obra de Berlin. Pela nossa parte gostaríamos apenas de ajudar a franquear essas portas que dão acesso ao aparentemente simples mas maravilhosamente complexo mundo das ideias de Berlin, chamando a atenção para alguns pontos essenciais do pensamento deste autor. Destacamos apenas quatro: a centragem no chamado pensamento contra-iluminista, a preocupação permanente com o valor da liberdade, a percepção do pluralismo de valores e, talvez o mais importante, a chamada de atenção para o elemento agónico que caracteriza toda a experiência humana.

Ao escrever sobre o contra-Iluminismo, e tomando como interlocutores principais o napolitano Giambattista Vico e o alemão Johann G. Herder, Berlin remete-nos para um universo de ideias que se desenvolve ao arpejo dos conceitos e categorias dominantes de um Iluminismo, racionalista e universalista próprio da modernidade europeia, e que marcou a nossa própria forma de pensar e de falar. Assim, dificilmente o leitor encontrará expressões tão comuns como ‘progresso’ ou ‘natureza humana’. Seguindo estes exemplos, o leitor deverá ter em

atenção que, quando se deparar com palavras como ‘avanço’ ou ‘desenvolvimento’, não as deverá entender à luz da ideia referida de progresso. Da mesma forma, muitas vezes Berlin refere-se às origens e fins últimos, mas múltiplos e diversos dos homens, o que contrasta de sobremaneira com a noção singular de natureza humana, una, permanente e universal, que é própria do racionalismo iluminista (mais à frente, a seu tempo, chamar-lhe-emos também monista). Na verdade, escreve Berlin, reportando-se a Vico, “Não há uma via de progresso da imperfeição para a perfeição, na medida em que a própria noção de perfeição implica um critério de valor absoluto; tudo o que há é mudança inteligível.”

Também o mais famoso de todos os seus ensaios, o já clássico “Dois Conceitos de Liberdade” (1958) gira em torno deste mesmo problema, embora seja ali pensado em termos estritamente políticos. Berlin inicia o ensaio alertando-nos para “o poder das ideias” e para a influência, determinante embora subliminar, que estas têm na formação e organização das nossas visões do mundo particulares. As grandes batalhas travadas no domínio da acção política (e bélica) têm uma correspondência directa com outras tantas batalhas travadas no universo das ideias. Perceber esses universos intelectuais é (sobretudo no contexto da “Guerra Fria”) a tarefa, ou o esforço de guerra, dos filósofos.

O maior de entre [os temas dominantes do nosso mundo] é a guerra aberta que vem sendo combatida entre dois sistemas de ideias que propõem respostas diferentes e conflitantes para aquela que, desde há muito, tem sido a questão central da política — a questão da obediência e da coerção. ‘Porque é que eu (ou alguém) devo obedecer a outrém?’ ‘Porque é que eu não poderei viver como quero?’ ‘Devo obedecer?’ ‘Se eu desobedecer, posso ser coagido? Por quem, e em que medida, e em nome de quê?’

São estas as perguntas que servem de mote à exposição que Isaiah Berlin traça em torno dos “Dois Conceitos de Liberdade”. Isto é, duas formas de conceber o mesmo valor — a liberdade —, que correspondem a “dois sistemas de ideias” conflitantes. Destes dois sistemas decorrem duas grandes formas de conceber a liberdade: uma define-se pela forma negativa; a outra pelo conteúdo positivo com que procura dar corpo à ideia de liberdade. Muito sucintamente, aproximação negativa está envolvida na resposta à pergunta “Qual é a área na qual o sujeito — a pessoa ou grupo de pessoas — deve ou pode agir sem a interferência de terceiros?” De acordo com esta pergunta, diz-se que um sujeito é livre na medida em que nenhuma pessoa ou grupo de pessoas interfira com a sua acção: “Liberdade política, neste sentido, é simplesmente a área na qual um homem pode agir

Reivindicações podem ser equilibradas, compromissos podem ser alcançados. (...) Prioridades, nunca finais nem absolutas, devem ser estabelecidas.

sem a obstrução de outros.”

A este conceito negativo, Isaiah Berlin opõe um outro conceito, positivo, que está implicado na resposta à pergunta “O quê, ou quem, é a fonte de controlo ou de interferência que pode determinar alguém a fazer, ou ser, isto ao invés daquilo.” Agora a questão já não reside em saber qual a esfera em que o sujeito pode escolher e agir sem a interferência de terceiros, mas antes em identificar e compreender o quê ou quem tem legitimidade para controlar, ou interferir sobre, o sujeito. Esta é uma percepção da ideia de liberdade que decorre directamente do desejo da parte do sujeito de ser o seu próprio mestre, de se conhecer a si mesmo e controlar a sua existência. Segundo Berlin, o conceito positivo de liberdade inscreve-se num quadro do pensamento que tende a associar liberdade e razão, ou melhor, que tende a perspectivizar a liberdade como auto-conhecimento, como auto-domínio, como auto-controle. Agir livremente é agir de acordo com a razão.

Aparentemente estas duas concepções podem não parecer completamente antagónicas. Podem até parecer “conceitos que não se encontram a uma grande distância lógica um do outro — não mais que formas negativas e positivas que expressam quase a mesma coisa.” A verdade, porém, é que estes dois conceitos “desenvolveram-se historicamente em direcções divergentes, (...) até que, no fim, entraram em conflito directo um com o outro.”

Não obstante, tanto a linguagem de Berlin como a sua concepção de liberdade só podem ser inteiramente compreendidas num quadro mais vasto que é o da sua filosofia pluralista, assente na premissa fundamental da incomensurabilidade de valores.

Esta é, no fundo, a conclusão a que Berlin chega num dos seus últimos ensaios:

Reivindicações podem ser equilibradas, compromissos podem ser alcançados. (...) Prioridades, nunca finais nem absolutas, devem ser estabelecidas.

É assim que, longe da “busca do ideal”, Berlin determina a “primeira obrigação pública”: “evitar sofrimentos extremos”. Nesta medida:

“O melhor que se pode fazer, como regra geral, é manter um equilíbrio precário que previna a ocorrência de situações desesperadas, de escolhas intoleráveis — é este o primeiro requisito para uma sociedade decente; uma pela qual podemos sempre lutar, à luz do leque limitado do nosso conhecimento, e até mesmo do nosso entendimento imperfeito dos indivíduos e das sociedades. Uma certa humildade nestas matérias é muito necessária.”

Esta não é uma conclusão que satisfaça o idealista que anseia por grandes Utopias, mas é, no fundo, a única conclusão possível. E é, provavelmente, a melhor interpretação contemporânea da tradição do liberalismo inglês, a única ideia de liberdade capaz de refundar o próprio liberalismo, retirando-o do espectro das Lumières, e, eventualmente, recuperando muito do pensamento pré e contra-iluminista que, nos dois últimos séculos, sobreviveu na penumbra dos vários dogmatismos racionalistas, mais ou menos totalitários, mais ou menos revolucionários, que nasceram e se alimentaram da “revolução filosófica”.

Esta conclusão, repita-se, não traduz um leitmotif, capaz de galvanizar e mobilizar sociedades inteiras. Mas, precisamente, esse foi o perigo que o filósofo de Oxford sempre procurou evitar. Esta conclusão não traduz a busca do ideal, mas a procura do acomodamento pacífico de vários propósitos de vida através da moderação, do equilíbrio e do compromisso. É este “o primeiro requisito para uma sociedade decente”.

“Se as alternativas intoleráveis devem ser evitadas, a vida tem que alcançar vários tipos de equilíbrios nem sempre fáceis. Eu acredito nisto profundamente: mas esta não é uma doutrina que inspire a juventude. Eles procuram absolutos; e normalmente isso, mais cedo ou mais tarde, acaba em sangue.”

Talvez esta não seja “uma doutrina que inspire a juventude”, mas é, seguramente, uma escrita inspirada capaz de rejuvenescer intelectualmente qualquer leitor.

*DOUTORANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

